

# FVCSMILE MESSAGE



ASSOCIAÇÃO  
**ILGA PORTUGAL**  
Centro comunitário gay e lésbico

Rua de São Lázaro, 88  
P - 1150-333 Lisboa  
Portugal

Tel: +351-1-887 39 18

Fax: +351-1-887 39 22

E-mail: [ilgapt@esoterica.pt](mailto:ilgapt@esoterica.pt)

URL: [www.ilga-portugal.org](http://www.ilga-portugal.org)

**De / From:** Associação Ilga Portugal

**Para / To:** redacção

**Nº de Pág. / Num. of Pages:** 2

**Data / Date:** 26-12-1999

**Nossa Refª / Our Reference:**

**Assunto / Subject:** Decisão sobre João Mouta no Tribunal Europeu

## TRIBUNAL EUROPEU DÁ RAZÃO A JOÃO MOUTA

A **Associação ILGA-Portugal** vem por este meio congratular-se pela decisão tomada ontem pelo **Tribunal Europeu dos Direitos do Homem** condenando o Estado português por discriminação do cidadão e pai homossexual **João Mouta**. Este mesmo cidadão viu ser-lhe negada a guarda da sua filha por parte do Tribunal da Relação, tendo sido claramente um dos critérios para se chegar a esta decisão a sua homossexualidade. Este Tribunal viera revogar uma decisão anterior do Tribunal de Família que considerava o cidadão João Mouta, de acordo com os interesses da criança, como o progenitor mais apto para assumir o poder paternal.

Para além de criar jurisprudência em termos de União Europeia, esta decisão do Tribunal Europeu vem reforçar aquilo que a Associação ILGA-Portugal tem vindo a denunciar: a justiça portuguesa continua a discriminar com base na orientação sexual, ao arrepio das convenções internacionais que Portugal tem assinado no seio da UE, e a legislação

nacional continua impregnada de preconceitos discriminatórios da comunidade *glbt* (gay, lésbica, bissexual e transgender).

João Mouta viu assim ser agora recompensada parcialmente a sua longa luta por justiça, embora sejam já irrecuperáveis os danos que lhe foram causados pela inaceitável decisão dos tribunais portugueses. Resta agora que o Estado português acate a decisão do Tribunal Europeu e assuma a responsabilidade e a vontade política para solucionar este caso, nomeadamente explicitando a não-discriminação em função da orientação sexual na Constituição Portuguesa da República, uma medida que previniria certamente a repetição deste lamentável tipo de discriminações.

O Presidente da Associação Ilga Portugal

José Manuel Fernandes